

POR UMA GENEALOGIA DA BIOPOLÍTICA¹

FOR A GENEALOGY OF BIOPOLITICS

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i1.53418>

Davi Maranhão De Conti

Universidade Federal de Goiás

<http://lattes.cnpq.br/0551756677317147>

<https://orcid.org/0000-0003-4351-7053>

decontidavi@gmail.com

Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás com período sanduíche na University of Greenwich. Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Goiás (2019). Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (2010) e em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2008).

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este artigo pretende lançar luz sobre a noção de biopolítica a partir sobretudo do tratamento conferido ao tema por Maria Muhle em sua tese de doutorado, que se intitula *Eine Genealogie der Biopolitik – Zum Begriff des Lebens bei Foucault und Canguilhem* (2008). Muhle evidencia uma articulação possível entre o conceito de vida em Canguilhem e Foucault por meio da qual se revela um deslocamento crucial para uma interpretação precisa do conceito de biopolítica. A passagem das técnicas disciplinares àquelas biopolíticas não deve ser compreendida teleologicamente, aponta antes para os deslocamentos genealógicos no interior das modalidades de poder e entre elas, os quais elucidam a relação indissolúvel entre poder e vida, que não conduz à dissolução de um ou outro, mas sim à sua inescapável imbricação.

Palavras-chave: Vida. Norma. Biopolítica. Canguilhem. Foucault.

ABSTRACT

This article aims to shed light on the notion of biopolitics through the treatment given to the subject by Maria Muhle in her doctoral thesis, entitled *Eine Genealogie der Biopolitik – Zum Begriff des Lebens bei Foucault und Canguilhem* (2008). Muhle highlights a possible articulation between the concept of life in Canguilhem and Foucault through which a crucial shift for a precise interpretation of the concept of biopolitics is revealed. The transition from disciplinary techniques to biopolitical ones should not be understood teleologically; it points instead to the genealogical shifts within and between the modalities of power, which elucidate the indissoluble relationship between power and life, which does not lead to the dissolution of one or the other, but rather to their inescapable interweaving.

Keywords: Life. Norm. Biopolitics. Canguilhem. Foucault.

Introdução

Neste artigo, resultado provisório de minha pesquisa de doutorado, pretendo realizar uma genealogia da biopolítica na esteira de Maria Muhle (2008; 2010; 2014; 2021). Essa genealogia Maria Muhle a realiza especialmente em sua tese de doutorado, intitulada *Eine Genealogie der Biopolitik – Zum Begriff des Lebens bei Foucault und Canguilhem* (2008). Como o título de sua tese indica, a genealogia da biopolítica realizada por Muhle passa por uma articulação do conceito de vida em Michel Foucault (1926-1984) e Georges Canguilhem (1904-1995). Por meio de um exame da função desempenhada pelo conceito de vida na obra de ambos os filósofos, Maria Muhle nos conduz a uma hipótese fundamental para que se compreenda o sentido preciso da noção de biopolítica. A importância de sua hipótese se revela, entre outras coisas, na adesão a ela por autores como Manuel Mauer (2015; 2021), Gustavo Adolfo Romero (2016) e Vladimir Safatle (2015a; 2015b; 2016).¹ A

¹ Cf. MAUER, M. *Foucault et le problème de la vie* (2015) e *Foucault* (2021); cf. ROMERO, G. *La realidad transaccional de la vida – saber-poder, verdad y subjetivación. Un estudio acerca del problema ético-político de la vida en las filosofías de M. Foucault y de G. Deleuze* (2016); cf. SAFATLE, V. “Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância” (2015a); “Une certaine latitude: normativité et contingence dans la biopolitique de Georges Canguilhem” (2016); *O circuito dos afetos – Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (2015b).

tese de Maria Muhle encontra, portanto, importante eco na produção latino-americana relativa ao conceito de biopolítica^{II}.

Intitulado *Biopolitik – eine vorläufige Bestimmung*, o primeiro capítulo da tese de Muhle esboça uma definição provisória (*vorläufige Bestimmung*) da noção de biopolítica, que é formulada em oposição à leitura agam-

II Lanço luz sobre a retomada da tese de Muhle por Mauer (2015; 2021) e Romero (2016) no texto intitulado “Considerações sobre a noção de vida na obra de Michel Foucault” (2023). Safatle (2015a, 2015b, 2016) menciona o trabalho de Muhle numa frequente e duplamente imprecisa nota de rodapé, imprecisa, por um lado, porque, após lançar luz sobre a hipótese de Muhle de que “o conceito de vida, em Foucault, nunca é explicitamente determinado” (Safatle, 2015b, p. 442), Safatle afirma que “Muhle *defende outra hipótese*, a saber, que há um ‘duplo papel da vida’ em Foucault” (ibidem, grifo nosso), mas ele deveria afirmar que – *além da primeira hipótese mencionada* (de que o conceito de vida em Foucault é “um conceito sem autonomia ontológica (ibidem)) – Muhle sustenta *também* uma outra hipótese, dessa forma Safatle eliminaria a ambiguidade ocasionada por sua elusiva formulação; imprecisa, por outro lado, por considerar que Muhle favoreceria a hipótese de que Foucault encontra na ideia da vida como modelo funcional relativo à biopolítica uma “tarefa filosófica assumida” (Safatle, 2015b, p. 442), mas Muhle (2008) não apresenta essa hipótese. Safatle afirma que, “no máximo, há uma latência no pensamento de Foucault para, em certas situações, permitir que a vida apareça como modelo funcional *a ser* imitado. Mas uma latência é algo muito diferente de uma tarefa filosófica assumida” (2015b, p. 442, grifo nosso). Há nessa afirmação, a meu ver, um erro de interpretação, porque, para Muhle (2008), a noção de vida não aparece em Foucault como modelo funcional *a ser* imitado; não há em Foucault, para Muhle, qualquer preconização da vida como modelo *a ser* imitado, há antes uma articulação fundamental entre saber e poder que imbrica os conhecimentos relativos às ciências da vida e aqueles relativos às técnicas governamentais, há antes uma vida destituída de estatuto ontológico e *determinável* (*bestimmbar*) por técnicas governamentais que mimetizam a dinâmica da vida, a qual “agora [...] aparece como interseção entre uma multiplicidade de indivíduos que vivem, trabalham e coexistem uns com os outros num conjunto de elementos materiais que agem sobre eles e sobre os quais eles agem de volta (Foucault, 2004, p. 29, *apud* Muhle, [2014] 2021, p. 311), a qual deixa de ser “percebida como fundamentalmente negativa, insuficiente, necessitada, [e passa a ser percebida] como uma dinâmica positiva que os mecanismos de poder *podem* adotar de modo a governar os viventes de maneira mais eficiente. Não é a vida ela mesma que se torna o objeto do biopoder, mas o vínculo biológico do vivente (a população) à materialidade no interior da qual ele existe, isto é, sua constituição híbrida que oscila entre a dimensão biológica, natural, vivente, e a permeabilidade a uma manipulação artificial, social e material no interior do meio, uma manipulação mediante o poder, que aparece como se fosse natural” (grifo nosso).

beniana do mesmo termo. A distinção estabelecida por Muhle entre a leitura agambeniana e a leitura foucaultiana da noção de biopolítica se funda sobretudo numa diferenciação entre o tratamento conferido à noção de vida por cada um dos filósofos^{III}. O conceito agambeniano de vida nua descreve, segundo Muhle (2007, p. 88, tradução nossa), “uma vida sem forma, destituída de sua história”.^{IV} O fato de que Agamben passe ao largo da dimensão histórica da relação entre política e vida leva-o, de acordo com a autora,

[...] não apenas a um conceito passivo de vida, que está incondicionalmente à mercê do poder soberano, mas também a uma generalização desdiferenciadora [*entdifferenzierenden*] daquelas estruturas que procedem desse conceito de vida, que são resumidas sob o paradigma do estado de emergência e se materializam em torno do campo (Muhle, 2007, p. 89, tradução nossa)^V.

Para Foucault, segundo Muhle ([2008] 2013, p. 53, tradução nossa)^{VI}, “o poder se fundamenta [...] não na original separação da vida em vida natural e política, como Agamben o advoga. Para Foucault, [...] a vida não é originalmente cindida, mas simples [*einfaches*], indeterminada [*unbestimmtes*] e, por conseguinte, determinável [*bestimmbares*] por constelações de poder-saber”. A distinção entre a noção de biopolítica em

III Muhle lança luz sobre o contraste entre a noção de biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben também em seu artigo intitulado “*Bio-Politik versus Lagerparadigma – Eine Diskussion anhand des Lebensbegriffs bei Agamben und Foucault*” (2007). Considero mais atentamente a perspectiva de Muhle a respeito das diferenças entre a leitura foucaultiana e a interpretação agambeniana do conceito de biopolítica no texto intitulado “*Biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben*” (2023). Esse texto foi publicado numa reunião de textos apresentados na IX Semana dos Alunos e das Alunas do PPGFIL-UFRRJ em 2023.

IV No original: “*ein formloses, seiner Geschichte entblößtes Leben*”.

V No original: “[...] *nicht nur zu einem passiven Lebensbegriff, der rückhaltlos der souveränen Macht ausgeliefert ist, sondern auch zu einer entdifferenzierenden Verallgemeinerung jener, aus diesem Lebensbegriff hervorgehenden Strukturen, die unter dem Paradigma Ausnahmezustand zusammengefaßt werden und sich im Lager materialisieren*”.

VI No original: “*Die Macht gründet [...] nicht auf der Aktualisierung der ursprünglichen Trennung des Lebens in natürliches und politisches Leben, so wie Agamben es vertritt. [...] für Foucault ist das Leben nicht ursprünglich gespaltenes, sondern einfaches, unbestimmtes und daher durch Macht-Wissens-Konstellationen bestimmbares Leben*”.

Agamben e Foucault radica, portanto, em seus diferentes modos de conceber a noção de vida, que, no primeiro caso, leva a uma perspectiva transistórica e voltada para a explicitação do “oculto ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico do poder” (Agamben, 2007, p. 14); e, no segundo, a uma investigação das continuidades e descontinuidades entre as modalidades de poder que investem uma vida correlativa e aberta a determinações pelas diferentes constelações de poder-saber. Conforme Muhle:

A biopolítica, para Agamben, é sempre produção de corpos ou substâncias biopolíticas. O fato de que Agamben ignore a dimensão histórica da relação entre política e vida leva-o não apenas a um conceito passivo de vida que está incondicionalmente à mercê do poder soberano como também a uma generalização desdiferenciadora das estruturas que emergem desse conceito de vida, que são resumidas ao paradigma do estado de exceção e se materializam no campo. Em Foucault, entretanto, a forma e a vida biopolíticas implicam uma ativa performance da vida, na medida em que a vida é subjetivada por meio de sua relação com os dispositivos de poder. O sujeito vivente, portanto, não é simplesmente sujeitado à soberania política, antes se estabelece simultaneamente como *ativo* portador [*aktiver Träger*] de técnicas biopolíticas. Isso não significa que a vida como objeto da biopolítica passe por uma subjetivação genuinamente política em Foucault. Significa, pelo contrário, que a biopolítica funciona *por meio de* certas formas de subjetivação. A biopolítica no sentido foucaultiano sustenta o potencial de vitalidade e o torna útil para si. Nesse sentido a biopolítica não pode ser a gestão de uma vida que é reconhecida como nua ou separada de si própria. Trata-se, em vez disso, de uma técnica positiva para a implementação da vida além da

separação entre vida nua e qualificada. (Muhle, [2008] 2013, pp. 48-49, tradução nossa)^{VII}.

Muhle se opõe também à suposição de Agamben no primeiro volume de *Homo Sacer* (2007, p. 12) de que “a morte impediu que Foucault desenvolvesse todas as implicações do conceito de biopolítica e mostrasse em que sentido teria aprofundado ulteriormente a sua investigação”. Para a autora ([2008] 2013, p. 40), ainda que se possa afirmar que Foucault não teve tempo para reformular o conceito de biopolítica, é possível considerar também que a decrescente importância da noção de biopolítica em seu pensamento, bem como a crescente importância da noção de governamentalidade, sinaliza seu distanciamento de um termo cuja possível má interpretação ele temia. Agamben, em seu interesse de desenvolver as implicações do conceito de biopolítica, “supõe uma conexão estrutural entre poder soberano e biopolítica, a qual não está presente em Foucault” (Muhle, [2008] 2013, tradução nossa)^{VIII}. Muhle nota que, para Foucault, a biopolítica não diz respeito à “possibilidade transcendental de desnudação da vida [*transzendente Möglicheit der Entblößung des Lebens*]”, diz respeito antes àquelas “técnicas e mecanismos concretos que permitem apoderar-se da vida em sua positividade,

VII No original: “Für Agamben ist Biopolitik immer Produktion von biopolitischen Körpern oder Substanzen. Agambens Ausblendung der historischen Dimension des Verhältnisses von Politik und Leben führt ihn nicht nur zu einem passiven Begriff des Lebens, das rückhaltlos der souveränen Macht ausgeliefert ist, sondern auch zu einer entdifferenzierenden Verallgemeinerung jener, aus diesem Lebensbegriff hervorgehenden Strukturen, die unter dem Paradigma Ausnahmezustand zusammengefasst wurden und sich ihm Lager materialisieren. Bei Foucault hingegen impliziert die biopolitische Formung des Lebens eine aktive Leistung des Lebens selbst, insofern sich das Leben durch seinen Bezug auf die Machtdispositive subjektiviert. Das lebendige Subjekt ist deswegen nicht einfach einer politischen Souveränität unterworfen, sondern etabliert sich gleichzeitig und in eins als aktiver Träger biopolitischen Techniken. Damit ist nicht gemeint, dass das Leben als Gegenstand der Biopolitik bei Foucault eine genuine politische Subjektivierung durchläuft. Vielmehr ist gemeint, dass Biopolitik mittels bestimmter Subjektivierungsformen funktioniert. Biopolitik im Sinne Foucault unterstützt die Potenziale der Lebendigkeit und macht diese für sich nutzbar. In diesem Sinne kann Biopolitik nicht die Verwaltung eines als nackt erkannten oder sich ablösenden Lebens sein. Vielmehr ist sie eine positive Technik zur Durchsetzung des Lebens jenseits der Trennung in nacktes und qualifiziertes Leben”.

VIII No original: “[...] eine strukturelle Verknüpfung von souveräner Macht und Biopolitik annimmt, die so bei Foucault nicht vorhanden ist”.

em sua vitalidade [*konkreten Techniken und Mechanismen, die es der Macht ermögliche, sich des Lebens in seiner Positivität, in seiner Lebendigkeit zu bemächtigen*]” ([2008] 2013, p. 53, tradução nossa).

Mais importante, entretanto, do que recuperar a distinção proposta por Maria Muhle entre a noção de biopolítica em Foucault e Agamben a partir de uma diferenciação entre a função desempenhada pela noção de vida em ambos os autores é compreender de que modo uma investigação a respeito da noção de vida no pensamento de Georges Canguilhem conduz a uma compreensão mais aguçada da noção de biopolítica como formulada por Michel Foucault. Uma análise do tema da biopolítica em Foucault que prescindia de uma investigação acerca da noção de vida em Canguilhem^{IX} se revela por vezes inapta para evidenciar importantes nuances do propagado termo foucaultiano. As obras e ensinamentos de Canguilhem alcançaram, afinal – conforme Foucault (1985, p. 3) –, direta ou indiretamente, todos os filósofos dos “estranhos anos sessenta [*étranges années soixante*]” francês.

Maria Muhle inicia sua investigação a respeito da noção de vida em Canguilhem e Foucault no segundo capítulo de sua tese, intitulado *Wissen vom Leben*. Nesse capítulo Muhle lança luz, por um lado, sobre uma arqueologia da vida^X realizada por Foucault sobretudo em *Les mots et les choses* (1966), mas também em *Naissance de la clinique* (1963); e, por outro lado, sobre uma epistemologia da vida levada a cabo por Canguilhem em diversos de seus escritos. Essa configuração inicial do tema da vida em ambos os autores encaminha Muhle a um ulterior desenvolvimento do tema da vida em que se considera o modo como tanto em Canguilhem quanto em Foucault se relaciona *vida e norma*.

IX Canguilhem confere em seus escritos lugar privilegiado ao tema da vida. Sucessor de Gaston Bachelard na direção do *Institut d'histoire et de philosophie des sciences et des techniques*, Canguilhem concilia o início de sua carreira como professor de filosofia com o estudo de medicina, conduzindo-se assim a realizar a respeito das ciências da vida uma investigação tão apurada quanto aquela que anteriormente fora Bachelard capaz de produzir relativamente às ciências naturais.

X Cf. De Conti, D. “Uma arqueologia da vida em Michel Foucault” (2024); cf. Mauer, M. “L’archéologie foucauldienne de la vie” (2014).

Uma arqueologia da vida

O tema da vida desempenha função central nos diferentes momentos da obra de Foucault. Num primeiro momento Foucault realiza o que poderíamos denominar uma arqueologia da vida^{XI}, em que se toma a noção de vida como um indicador epistemológico, uma cristalização da ordem do discurso. Em *Les mots et les choses* (1966), Foucault apresenta a noção de vida como um “correlato discursivo”, moldado exteriormente pelo saber. Ele formaliza o conceito de vida em sua natureza correlativa, que ele já havia considerado num nível concreto em *Naissance de la clinique* (1963), em que lança luz sobre a determinabilidade e determinação da vida pelo discurso médico. Nessas duas obras, que se separam por apenas três anos, leva-se a cabo uma investigação arqueológica, do olhar médico em *Naissance de la clinique*, das ciências humanas em *Les mots et les choses*. Como explica Foucault:

[...] o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a episteme onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade (Foucault, [1996] 1985, p. 11).

Nessa investigação arqueológica, a vida, como explica Muhle ([2008] 2013, p. 62, tradução nossa), emerge como “aquela positividade correlata da emergência da biologia, uma vez que ambas se desenvolvem conjuntamente e em mútua dependência”^{XII} na cesura epistêmica situada por Foucault em princípios do século XIX. A vida não existia antes disso porque sua emergência reflete uma disposição discursiva que viria à tona apenas no ocaso da idade clássica, no fim da era da repre-

XI Essa análise arqueológica será posteriormente preterida por Foucault em favor de duas outras vertentes teóricas, as quais em certa medida iluminam de maneira implícita o conceito de vida, uma centrada na questão do poder e outra voltada para a questão do sujeito.

XII No original: “[...] jene Positivität, die mit der Entstehung der Biologie korreliert, denn beide entwickeln sich miteinander und in gegenseitiger Abhängigkeit”.

sentação, no limiar que separa a episteme clássica do espaço de saber que é ainda em grande medida o nosso. Como explica Philippe Sabot (2006) em *Lire les mots et les choses*, a partir da dissociação entre o ser e a representação que ocorre no fim do século XVIII, esta deixa de ser o elemento em que a vida, o trabalho e a linguagem encontram as condições de sua verdade positiva. A representação passa a ser somente a forma exterior sobre a qual a ordem interior das coisas irá refletir-se e colocar-se como um objeto para o sujeito cognoscente. A emergência de uma episteme moderna – que Foucault situa na transição entre os séculos XVIII e XIX, no ocaso da Idade Clássica^{XIII} – envolve a passagem da história natural para a biologia bem como a obliteração da ciência das riquezas e da gramática geral, que dariam lugar respectivamente à economia e à filologia.

A passagem de uma história natural para uma biologia nos interessa porquanto tem como condição de possibilidade a emergência da vida. Antes disso, argumenta Foucault, existiam apenas os seres vivos, que “apareciam através de um crivo do saber constituído pela história natural” (Foucault, [1966] 1985, p. 141). Não são mais as diferenças entre estruturas visíveis que, como explica Sabot (2006, p. 90), permitirão que se estabeleça, pela sua comparação ordenada, os traços taxinômicos distintivos bem como, conseqüentemente, o preenchimento do grande *tableau* dos seres naturais: a relação entre as diferenças e as identidades se inverte a partir do momento em que estas e aquelas não mais se situam no mesmo plano, antes surgem as diferenças sob o pano de fundo de uma identidade mais profunda (Foucault, [1966] 1985, p. 280). A relação entre as espécies e os indivíduos não mais se estabelecerá no entrecruzamento de olhar e linguagem, fundar-se-ia em vez disso na dissociação entre uma superfície visível, em que proliferam as formas individuais, e uma profundidade em que essas multiplicidades encontram sua “invisível unidade focal” (Foucault, [1966] 1985, p. 284).

Essa arqueologia da vida realizada por Foucault, esse tratamento da vida como correlato discursivo, como indicador epistemológico que sinaliza a ruptura epistêmica de que emerge a modernidade, constitui

XIII Cf. Sabot, P. *Le même et l'ordre – Michel Foucault et le savoir à l'âge classique*.

um dos pilares do argumento de Muhle a respeito de uma indefinição ontológica do conceito de vida na obra do filósofo. Se, de um lado, a vida é determinada por constelações de saber, de outro, ela se abre a interações pelo poder. Trata-se simultaneamente de uma dupla indeterminação da vida e de uma dupla determinabilidade da vida. Foucault, diferentemente de Canguilhem, não se interessa por definir a noção de vida a partir de uma investigação a respeito do vitalismo, antes, em sua investigação arqueológica, Foucault visa a evidenciar a determinação da vida por práticas médicas (*Naissance de la Clinique*) e por discursos científicos (*Les mots et les choses*).

Foucault, como nota Muhle ([2008] 2013, pp. 78-79), não se interessa pelo conceito de vida como uma singularidade biológica, mas a examina como tal apenas em relação às transformações na ordem do saber. Seu interesse pela vida se limita a um interesse pelas transformações no conceito de vida que a biologia estabelece em princípios do século XIX (e que são correlatas da emergência do biopoder). Seu questionamento é a respeito da importância da vida para algo – para a ciência, para o poder –, ao passo que o interesse de Canguilhem é pela vida nos limites da vida. No interior desses limites, Canguilhem leva a cabo uma definição da noção de vida de acordo com a qual a vida se desenvolve no confronto com os perigos do meio e os valores negativos. Foucault, por sua vez, não propõe uma definição de vida por meio de uma constelação discursiva exterior, mas antes a assume.

Uma epistemologia da vida

Para um exame do tema da vida em Canguilhem, Muhle distingue uma dimensão epistemológica, que se refere à especificidade das ciências da vida, e uma dimensão ontológico-normativa, que é decisiva tanto para a questão a respeito das normas inerentes à vida como para a questão a respeito de sua normatividade interna. No nível epistemológico vem à tona, como observa Muhle ([2008] 2013, p. 79), a questão acerca do

conhecimento da vida, isto é, acerca da difícil conexão entre a vida em sua natureza não conceitual [*Unbegrifflichkeit*] e o conhecimento em sua falta de vida [*Leblosigkeit*]. Ao passo que Foucault compreende essa conexão como parte de uma transformação arqueológica na ordem do discurso e a emergência de um conhecimento da vida como correlata de uma rotura epistêmica, a definição canguilhemiana de um tal conhecimento envolve uma reformulação do vitalismo, porque ele entende esse conhecimento cujo objeto é a vida como verdadeiramente determinado pela originalidade da vida. Apenas se reconhece e se aceita essa originalidade, poderia o conhecimento compreender a vida. Para Canguilhem (1952, p. 12, tradução nossa), “o pensamento do vivente deve tomar [*tenir*] do vivente a ideia do vivente”^{XIV}.

A abordagem epistemológica da questão da vida em Canguilhem, como explica Muhle ([2008] 2013, p. 81, tradução nossa), envolve uma tentativa de rejeitar o mecanicismo “sem cair [...] num vitalismo animista como aquele representado [...] pelo químico alemão Georg Stahl, que supunha como origem da vida uma ‘alma sensível [*sinnlichen Seele*]’, que regularia os fluxos de diferentes fluidos corporais no interior do corpo de maneira a mantê-lo vivo”.^{XV} Essa rejeição do mecanicismo passa por uma afirmação da especificidade do vivente. Como nota Canguilhem,

[...] existe patologia biológica, mas não existe patologia física, nem química, nem mecânica [...] Ora, nas ciências físicas repugna qualquer ideia de medicamento.

XIV No original: “*La pensée du vivant doit tenir du vivant l’idée du vivant*” – optamos por não utilizar a tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro por considerarmos que a tradução de “tenir” por “manter” é prejudicial ao sentido da afirmação de Canguilhem. Nossa escolha de traduzir “tenir” por “tomar” coincide com a escolha de distintas traduções de *La connaissance de la vie*: aquela de Franco Bassani, “*il pensiero de ciò che vive deve assumere dal vivente l’idea di esso*” (Canguilhem, 1976, p. 38); aquela de Stefanos Geroulanos e Daniela Ginsburg, “*The thought of the living must take from the living the idea of the living*” (Canguilhem, 2008, n.p.); e também aquela de Till Bardoux, Maria Muhle e Francesca Raimondi, “*Das Denken des Lebendigen muss die Idee des Lebendigen dem Lebendigen selbst entnehmen*” (Canguilhem, 2009, p. 22).

XV No original: “*ohne [...] in einem magischen Animismus zu verfallen, wie ihn [...] der deutsche Chemiker Georg Stahl vertrat, der den Ursprung des Lebens in einer „sinnlichen Seele“ (anima) sah, die den Austausch der verschiedenen Körpersäfte im Inneren des Körpers reguliert und diesen am Leben hält*”.

Um medicamento tem como finalidade trazer as propriedades de volta a seu tipo natural; [...] as propriedades físicas, como não perdem nunca esse tipo, não precisam voltar a ele (Canguilhem, [1943] 2011, p. 81).

Ao passo que a explicação mecanicista dos fenômenos vivos visa a uma “mecanização” dos seres vivos de maneira a tornar seus processos quantificáveis e formalizáveis para assim estabelecer uma ciência da vida, a tradição vitalista clássica parece ter de renunciar a uma ciência da vida de modo a preservar sua especificidade. Ao propor uma reformulação do vitalismo como um conhecimento da vida *a partir da vida*, Canguilhem tanto se opõe ao mecanicismo quanto se distancia do vitalismo clássico. Para Canguilhem, como nota Muhle ([2008] 2013, p. 84), acusa-se facilmente de vitalismo uma biologia autônoma que reconheça o fato vivente em sua especificidade e o leve em conta em sua metodologia. Canguilhem distingue, desse modo, “dois paradigmas da biologia, um modelo reducionista que, fascinado pela física e pela química, torna-se satélite dessas ciências, e um paradigma autônomo que, apesar de não desconsiderar a importância das ‘ciências da matéria’, não se subordina a elas” (Muhle, [2008] 2013, p. 84, tradução nossa).^{XVI}

Em contraste com as disseminadas conotações negativas do vitalismo como uma pseudociência mística a respeito da vida e de sua origem, Canguilhem supõe que qualquer biologia que alcance sua independência das aspirações anexionistas das ciências da matéria deve ser considerada como vitalista. Por meio de uma rejeição das interpretações mecanicista e animista das causas dos fenômenos orgânicos, Canguilhem (1952, p. 156) aborda o vitalismo como o simples reconhecimento do “fato vital [*fait vital*]”. Canguilhem deixa assim de fundar o vitalismo num suposto princípio unificador e passa a enfatizar uma dinâmica inerente à vida na medida em que ela pode desviar da regra e produzir exceções e erros. O vitalismo, como Canguilhem o apresenta, aponta para uma biologia anterior aos esquemas explicativos mecanicistas a respei-

XVI No original: “[...] zwei Modelle der Biologie, ein reduziertes Modell, das, fasziniert von den physikalisch-chemischen Wissenschaften, zum Satellit dieser Wissenschaften wird, und ein autonomes Modell, das, obgleich es nicht die Wichtigkeit der ‚Wissenschaften der Materie‘ außer Acht lässt, sich diesen nicht unterordnet”.

to da vida porque localizada no nível da experiência a ser explicada. A vida, para Canguilhem (2002, p. 532 *apud* Muhle, [2008] 2013, p. 104, tradução nossa), representa de fato uma exceção no interior da segunda lei da termodinâmica, que afirma que o universo tende à entropia: “a vida não tende ao caos, mas à morte. O fato da morte conduz a vida à criação de uma ordem normativa”^{XVII}.

Essa reformulação do vitalismo levada a cabo por Canguilhem culmina numa distinção entre as ciências da vida e as ciências da matéria que não se vincula à ideia de um princípio vital prévio e uniforme como proposto, entre outros, por Paul Joseph Barthez (1734-1806), mas se relaciona antes a um princípio de reação ou de resistência à morte, um princípio dinâmico, portanto, como aquele proposto por Xavier Bichat (1771-1802) em suas *Recherches physiologiques sur la vie et la mort* (1800). Como explica Muhle:

Nas *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*, Bichat define a vida como ‘a totalidade das funções que resistem à morte’. Os corpos vivos são constantemente ameaçados pelo seu meio, uma vez que tanto os corpos inorgânicos quanto os orgânicos atuam sobre ele e buscam destruí-lo. Não houvesse ‘um permanente princípio de reação’, o vivente cessaria de existir. Esse princípio, entretanto, na medida em que não remete ao princípio primordial de toda vida, de que derivaria o fenômeno vivente, não é nenhum ‘princípio vital’ clássico. Além disso – assim como a *atração*, que só se pode conhecer em seu efeito, mas não em sua natureza –, só

XVII No original: “Das Leben tendiert nicht zum Chaos, sondern zum Tod. Die Tatsache des Todes führt das Leben zur Erschaffung einer normativen Ordnung”.

se pode conhecê-lo em seu *fenômeno* (Muhle, [2008] 2013, pp. 88-89, tradução nossa)^{XVIII}.

O que está fundamentalmente em jogo para Canguilhem no debate a respeito do mecanicismo e do vitalismo não é, portanto, como nota a autora alemã:

A definição de um princípio vital, mas antes uma acen-tuação da mutabilidade, vulnerabilidade e transitorie-dade da vida, que caracterizaria a originalidade da vida e ao mesmo tempo tornaria impossível uma explica-ção mecanicista da vida. As ciências mecânicas com-preendem as mudanças apenas na medida em que são completamente calculáveis. São incompreensíveis para as leis da natureza, no entanto, se imprevisíveis e não reportáveis a leis estritas (Muhle, [2008] 2013, p. 93, tradução nossa)^{XIX}.

Em suas investigações arqueológicas, Foucault se detém num nível aná-lítico-discursivo; Canguilhem, por sua vez, extrai da imperfeição da vida uma dinâmica imanente da vida na forma de uma normatividade vital. Embora Foucault entenda a vida como genuinamente incomple-ta do ponto de vista arqueológico, essa incompletude, com nota Muhle ([2008] 2013, p. 101), não leva nem à determinação de um princípio

XVIII No original: “In den *Recherches physiologiques sur la vie et la mort* (1800) bestimmt Bichat das Leben als « die Gesamtheit der Funktionen, die dem Tod widerstehen“. Die lebendigen Körper werden permanenten von ihrer Umgebung bedroht, denn sowohl die anorga-nischen als auch die organischen Körper wirken auf sie ein und versuchen sie zu zerstören. Das Lebendige würde aufhören zu existieren, gäbe es nicht „ein permanentes Prinzip der Re-aktion“. Dieses Prinzip ist insofern kein klassisches „Lebensprinzip“, als es nicht auf die erste Ursache allen Lebens verweist, aus der die lebendigen Phänomene abgeleitet würden. Zudem kann es einzig in seinen Phänomenen erkannt werden, ähnlich wie die Anziehungskraft, die nur in ihrer Wirkung, nicht aber in ihrer Natur zu erkennen ist”.

XIX No original: “Der zentrale Einsatz Canguilhems in der Debatte um Mechanismus und Vitalismus ist also nicht die Bestimmung eines Lebensprinzips, sondern vielmehr die Akzen-tuierung der Veränderbarkeit, Anfälligkeit und Vergänglichkeit des Lebens, die die Origina-lität des Lebendigen aus- und zugleich seine mechanistische Erklärung unmöglich machen. Denn die mechanischen Wissenschaften können die Veränderung nur so lange erfasse, wie diese vollkommen berechenbar ist. Ist sie jedoch unvorhersehbar und nicht auf strikte Gesetze zurückzuführen, ist sie den Naturgesetzen unverständlich”.

vital nem a uma espécie de força vital e também não a uma formação teleológica no sentido aristotélico. Foucault, como observa a autora (ibidem), também não subscreve a hipótese canguilhemiana de uma espontaneidade interior e de uma normatividade da vida. Tal hipótese ou definição da vida não é possível numa investigação arqueológica, uma vez que nesta não se examina a vida a partir da vida, mas antes como determinada por formações discursivas. Segundo Muhle:

Ainda que em *Naissance de la clinique* Foucault não alcance o nível de abstração de *Les mots et les choses*, também ali examina a vida apenas como um correlato do conhecimento e das tecnologias de poder e dos dispositivos que o acompanham. A constituição essencialmente inacabada e mutável do vivente é relevante para Foucault a partir de uma perspectiva arqueológica, mas ele não vincula nenhuma tese ontológica ou normativa a essa configuração da vida. A imperfeição da vida é um fato com o qual as ciências da vida têm de lidar se quiserem fazer jus à vida (Muhle, [2008] 2013, p. 101, tradução nossa)^{XX}.

Em contraste com o olhar “neutro” em relação à vida esposado por Foucault, Canguilhem, como explica Muhle ([2008] 2013, pp. 101-102), vincula o fato da imperfeição do vivente bem como a exigência de compreender a vida a partir da vida a uma definição complementar da vida como genuinamente *normativa*, i.e., como *criadora de normas*. Deve-se compreender também sob essa ótica a reformulação do vitalismo levada a cabo por Canguilhem, a qual não se apoia num princípio vital, mas antes entende a vida como criativa. Uma criação que emerge da ameaça essencial da vida que sobrevém da morte. O vitalista de Canguilhem é aquele que compreende a vida a partir da vida e na

XX No original: “Auch wenn Foucault in der Geburt der Klinik nicht die Abstraktionsebene der Ordnung der Dinge erreicht, untersucht er auch hier das Leben einzig als Korrelat eines Wissens und der damit einhergehenden Machttechnologien und -dispositive. Die wesentlich unvollendete und wechselhafte Konstitution des Lebendigen ist für Foucault in archäologischer Sicht relevant, doch knüpft er keine ontologische oder normative These an dieser Verfasstheit des Lebens an. Die Unvollkommenheit des Lebens ist eine Tatsache, mit der sich die Lebenswissenschaften, wollen sei dem Leben gerecht werden, auseinandersetzen müssen”.

sua vivacidade. Essa vivacidade se revela como uma dupla atividade da vida, que é simultaneamente conservadora e criativa. Canguilhem, nesse caso, como nota Muhle (ibidem), dá continuidade de maneira explícita às reflexões de Bichat a respeito de um tipo natural de vida bem com a respeito do movimento da vida em direção a esse tipo. A vida é caracterizada por uma dinâmica que é própria dela, a qual Canguilhem compreende, em sua terminologia normativa, como a *normatividade interna da vida*. A essa dimensão *ontológico-normativa* da noção de vida canguilhiana é que, conforme a hipótese de Muhle ([2008] 2013, p. 102), a biopolítica se refere.

Vida e norma em Georges Canguilhem

A fundamental mutabilidade e suscetibilidade a desvios que distingue a vida como um fenômeno biológico, vivo, de um fenômeno físico desperta uma dinâmica que tende a corrigir esses desvios e erros da vida. Essa dinâmica é que determinaria a vida num nível ontológico-normativo. Para Canguilhem, como explica Muhle:

A norma do vivente, sua normatividade, vem à tona [...] pela confrontação com os valores negativos [*negativen Werten*] ou desvalores [*Unwerten*] a serem superados para que se leve uma vida normal, i.e., normativa. O vivente confere a si mesmo suas próprias normas, uma vez que estas não podem ser dadas para ele do exterior nem podem ser derivadas de uma visão de mundo estruturada de maneira determinista. Não há norma absoluta, bem como não há fato fisiológico ou patológico absoluto. As fronteiras entre estados fisiológicos e patológicos são móveis. A vida participa de ambos os estados e desenvolve sua dinâmica interna na polarida-

de entre o normal e o patológico (Muhle, [2008] 2013, p. 123, tradução nossa)^{XXI}.

Essas duas dimensões da vida, o normal e o patológico, unem-se no conceito de vida, porque, para Canguilhem, a vida é tanto um processo autorregulatório quanto uma dinâmica que constantemente desvia de si mesma e não pode ser inscrita na autopreservação. Como nota Muhle, “Canguilhem diferencia dois sentidos de normativo que ele relaciona a duas dinâmicas da vida, uma dinâmica [...] que tende a manter o equilíbrio interno do organismo, e uma dinâmica [...] que é criação de novas normas”^{XXII} (Muhle, 2010, p. 417, tradução nossa). Nesse sentido, afirma Canguilhem (2011, p. 231), “o organismo não está jogado em um meio ao qual ele tem de se dobrar, mas, ao contrário, ele estrutura seu meio ao mesmo tempo que desenvolve suas capacidades de organismo”. A tese central de Canguilhem, afirma Muhle ([2008] 2013, p. 105, tradução nossa), é que “a vida *por si mesma* cria suas próprias normas e seu meio de maneira a assegurar um equilíbrio interior que, no entanto, será permanentemente colocado em jogo outra vez de modo a criar um equilíbrio novo, diferente e eventualmente melhor”^{XXIII}. Conforme Canguilhem:

XXI No original: “*Die Norm des Lebendigen, seine Normativität, entspringt, so Canguilhem, der Auseinandersetzung des Lebendigen mit den negativen Werten oder Unwerten, die es überwinden muss, um ein normales, also normatives Leben zu führen. Das Lebendige gibt sich selbst seine eigene Norm, da diese ihm weder von außen vorgeschrieben werden kann, noch aus einem deterministisch verfassten Weltbild abgeleitet werden darf. Es gibt keine absolute Norm, genauso wenig wie es eine absolute physiologische oder pathologische Tatsache gibt. Die Grenzen zwischen den physiologischen und pathologischen Zuständen sind mobil. Das Leben hat an beiden Zuständen teil und bildet seine innere Dynamik in der Polarität zwischen Normalen und Pathologischen aus.*”

XXII “Canguilhem distingue entre dos sentidos de normativo que él relaciona con dos dinámicas de la vida, una dinámica [...] que tiende a mantener el equilibrio interno del organismo, y una dinámica [...] que es creación de nuevas normas” (Muhle, 2010, p. 417).

XXIII No original: “[...] *das Leben seinen eigenen Normen und sein Milieu selbst schafft, um so ein inneres Gleichgewicht gewährleisten zu können, das jedoch permanent wieder aufs Spiel gesetzt wird, um ein anderes, neues, evtl. Besseres Gleichgewicht zu schaffen: In diesem Spiel der dieser Polarität besteht für Canguilhem die genuin normative Dynamik des Lebens.*”

As funções biológicas são ininteligíveis, do modo como são reveladas pela observação, quando só traduzem os estados de uma matéria passiva diante das transformações do meio. De fato, o meio do ser vivo é também obra do ser vivo que se furta ou se oferece eletivamente a certas influências. Pode-se dizer, a respeito do universo de qualquer ser vivo, o que Reininger diz a respeito do universo do homem: *'Unser Weltbild ist immer zugleich ein Wertbild'*, nossa imagem do mundo é sempre também um quadro de valores (Canguilhem, [1943] 2011, p. 124).

A vida seria, assim, uma dupla normatividade na medida em que, por um lado, relaciona-se negativamente, porque reativamente, ao ambiente interno e externo e a seus valores negativos, e, por outro lado, relaciona-se positivamente, porque criativamente, consigo mesma e com seu ambiente e cria novas normas. Para Canguilhem, afinal, “o homem só se sente em boa saúde [...] quando se sente mais do que normal, isto é, não apenas adaptado ao meio e às suas exigências, mas, também, normativo, capaz de seguir novas normas de vida” (Canguilhem, 2011, p. 141 *apud* Stiegler, [2001] 2023, p. 137). Como observa Muhle:

Em sua definição da vida como normatividade, Canguilhem opõe-se a uma leitura positivista da medicina que resiste à distinção qualitativa entre patológico e normal e, dessa forma, não admite uma normatividade do anormal. Simultaneamente Canguilhem critica um entendimento mecanicista da vida, que, por assim dizer, examina a vida a partir de fora e, assim, não pode levar em conta sua especificidade. [...] o vitalismo de Canguilhem, em contraste, adota a perspectiva da vida

mesma e examina a normatividade vital a partir da vida (Muhle, [2008] 2013, p. 124, tradução nossa)^{XXIV}.

Para Canguilhem ([1943] 2011, p. 80), portanto, “a vida é [...] uma atividade normativa” e a relação entre organismo e meio é definida como “a procura de uma situação na qual o ser vivo, em vez de sofrer influências, recolhe as influências e as qualidades que correspondem a suas exigências” (Canguilhem, [1943] 2011, p. 231). Para Foucault, pelo contrário, a normalidade é concebida como regulação externa, e não como correspondente a um modelo de atorregulação. Ao passo que Canguilhem coloca norma e vida numa conexão interna, a vida é a norma na medida em que é normativa; a norma na analítica foucaultiana do poder, como nota Muhle ([2008] 2013, p. 149), refere-se à vida a partir de fora, a partir de instituições ou dispositivos de poder. Canguilhem fala de normatividade biológica, como explica Muhle ([2008] 2013., pp. 118-19), no sentido de que normativo é aquilo que cria normas e assim extrapola a compreensão puramente homeostática do sentido da norma. A norma vital emerge da confrontação do vivente com as ameaças a ele. Desponta desse conflito inescapável a necessidade de todo vivente de constantemente enxergar para além de suas próprias normas e de criar novas normas.

“Foucault, diferentemente [...] de Canguilhem, não busca analisar a dinâmica vital por si própria (*i.e.*, definir a vida como poder vital); em vez disso, Foucault analisa o *fato epistêmico* de que a vida se torne *pensável* como dinâmica, vital ou vivente” (MUHLE, [2014] 2021, p. 303). Se o conceito foucaultiano de norma, bem como seu conceito de vida, é um correlato institucional ou científico, a norma em Canguilhem é compreendida na vida e a partir da vida como norma vital. Ao passo que Canguilhem coloca norma e vida numa conexão interior (a norma é a

XXIV No original: “Canguilhem wendet sich in seiner Bestimmung des Lebens als Normativität gegen eine positivistische Lesart der Medizin, die sich der qualitativen Unterscheidung von pathologisch und normal widersetzt und dadurch eine Normativität des Anormalen nicht zulässt. Zugleich kritisiert er ein mechanistisches Verständnis des Lebens, das das Leben gleichsam von außen untersucht und mithin nicht in seiner Besonderheit in den Blick nehmen kann. Wie bereits gesagt, nimmt der Canguilhem’sche Vitalist im Gegensatz dazu die Perspektive des Lebens selbst ein und untersucht die vitale Normativität aus dem Leben heraus”.

vida na medida em que a vida é normativa, isto é, cria ela mesma novas normas), a norma na análise foucaultiana do poder se refere à vida a partir do exterior, isto é, por meio das instituições e dispositivos de poder.

Vida e norma em Michel Foucault

Em seu ensaio *“Pour une histoire naturelle des normes”* ([1963] 2009), Macherey lança luz sobre uma conexão fundamental entre a compreensão de Foucault e de Canguilhem a respeito das normas. Macherey enfatiza o fato de que, para Foucault, “a norma só poder ser pensada historicamente, em relação aos processos que a realizam” (Macherey, [1988] 2009, p. 91, tradução nossa)^{XXV}. Nisso, conforme Macherey, Foucault acompanha os ensinamentos de Canguilhem, que é “em nossa época, incontestavelmente, o iniciador de uma reflexão sobre as normas” (ibidem, tradução nossa)^{XXVI}. Foucault seguiria assim a crença de Canguilhem de que as normas não afetam um campo de realidade pré-existente, mas devem antes e sobretudo constituí-lo. Nesse sentido, como observa Maria Muhle ([2008] 2013, p. 149, tradução nossa), “a norma não é [...] anterior à sua aplicação, sua função normativa, em vez disso, expressa-se na medida em que é aplicada”^{XXVII}.

Contra o pano de fundo dessa abordagem comum, Muhle (2008, p. 149) examina as diferenças entre a compreensão de ambos os filósofos a esse respeito, a qual pode ser iluminada inicialmente com base na relação da norma com a vida (humana), que num caso é percebida como imanente e n’outro poder ser entendida como transcendente. Ao passo que Canguilhem coloca norma e vida numa conexão interior (a norma

XXV No original: “[...] la norme ne peut être pensée qu’historiquement, en rapport avec les processus que la mettent en œuvre”.

XXVI No original: “[...] qui, à notre époque, est incontestablement l’initiateur d’une nouvelle réflexion sur les normes”.

XXVII No original: “[...] ist die Norm auch nicht ihrer Anwendung vorgeordnet: ihre normative Funktion kommt vielmehr in dem Maße zum Ausdruck, wie sie angewendet wird”.

é a vida na medida em que a vida é normativa, isto é, cria ela mesma novas normas), a norma na análise foucaultiana do poder se refere à vida a partir do exterior, quer dizer, por meio das instituições e dispositivos de poder. Se o conceito de norma de Foucault, assim como seu conceito de vida, é compreendido como um correlato institucional ou científico, a norma em Canguilhem é compreendida na vida e a partir da vida como uma norma vital.

A norma em Canguilhem, como explica Muhle (ibidem), possui, além disso, um caráter essencialmente duplo: é ao mesmo tempo o padrão para o *estado normal*, que envolve a divisão em normal e anormal, e também configura um estado ideal a ser alcançado, que inicia uma dinâmica normativa, a qual deve impulsionar o anormal em direção ao normal no sentido de um ideal. Essa normatividade, para Canguilhem, é compreendida como uma dinâmica interna do vivente. Sua polaridade se baseia em sua atividade simultaneamente criadora de novas normas e autoconservadora. Muhle ([2008] 2013, p. 150) argumenta em favor da existência de uma conexão fundamental entre a dinâmica das normas vitais e as normas sociais em sentido foucaultiano, as quais assumiriam essa dinâmica.

A referência interna ou externa da norma em relação à vida que distingue a perspectiva de Foucault daquela de Canguilhem se expressa num deslocamento conceitual. Ao passo que Foucault – como nota Muhle ([2008] 2013, p. 150) – compreende a norma inicialmente no sentido de normalidade, Canguilhem se refere à normatividade, uma dinâmica criadora de normas e, portanto, criativa, a qual almeja a autopreservação da vida pela autorregulação do organismo. Simultaneamente, entretanto, a autopreservação da vida como seu estado ideal só pode ser realizada por meio de desvios permanentes da norma dada e do envolvimento com o meio, uma vez que permanecer no estado ideal ou com uma determinada norma contradiria a vida como vivente, isto é, como atividade normativa. A normatividade da vida marca assim a dinâmica imanente do vivente. O conceito de normalidade foucaultiano, em contraste com aquele de Canguilhem, corresponde inicialmente ao modelo estatístico de segmentação da sociedade entre aqueles que correspondem à norma e aqueles que dela desviam.

Ao passo que a norma em Canguilhem corresponde ao modelo da autorregulação do organismo vivo, a normalidade em Foucault é entendida como regulação externa. Para Foucault, além disso, a normalidade é uma medida que funciona de uma maneira divisiva, i.e., ela segmenta os indivíduos em normais e anormais. A norma vital em Canguilhem, em vez disso, não requer um padrão, uma vez que a vida é ela mesma a norma suprema. O interesse de Canguilhem pela norma, volta-se primordialmente para sua origem e para sua dinâmica; Foucault, por sua vez, interroga-se também a respeito de seu modo de atuação. Essas diferenças podem ser resumidas naquela que se revela central para a tese de Muhle: a diferente relação entre norma e vida, que é ou interior ou exterior.

No seio da concepção de norma em Foucault, introduz-se ainda uma outra distinção que, como argumenta a autora ([2008] 2013, p. 150), diz respeito à origem da norma: a norma encontra a sua origem ou numa determinação externa (é determinada) ou na dinâmica interna do fenômeno que determina. A diferença entre uma norma predeterminada da qual se deriva o comportamento normal e anormal e uma norma que deriva ela própria da totalidade dos fatos empíricos e da sua avaliação determina a elaboração das diferentes economias de poder e de suas tecnologias. O primeiro caso diz respeito ao paradigma disciplinar, em que as normas são estabelecidas para dividir a sociedade de acordo com elas; o segundo corresponde sobretudo ao regime biopolítico. A norma biopolítica, argumenta Muhle ([2008] 2013, p. 151), constitui assim um *análogo da norma vital*, isto é, aquela norma que não é prescritiva nem descritiva, mas antes autopoietica, uma vez que se autoformula.

A transformação que leva da disciplina à biopolítica não deve ser compreendida teleologicamente, aponta antes para os deslocamentos genealógicos no interior das modalidades de poder e entre elas. Dois momentos, conforme Muhle ([2008] 2013, p. 172), emergem como limites ao poder disciplinar e levam a uma mutação dessa forma de poder. A emergência da noção de vida na rotura epistêmica do XIX leva a uma mudança na maneira como o poder lida com seu objeto. As técnicas de poder se transformam em correlação com as alterações no conhecimen-

to. A “emergência” da vida como vivente, é acompanhada por um deslocamento do poder que se distancia das técnicas disciplinares em direção às técnicas biopolíticas. Certos objetos de poder – como essa vida vivente por exemplo – são menos acessíveis às técnicas disciplinares.

Um primeiro limite das técnicas disciplinares, como explica Muhle ([2008] 2013, p. 173, tradução nossa), diz respeito ao fato de que as “as técnicas disciplinares *não* visam à constituição de um corpo social, mas antes ao isolamento de cada indivíduo”.^{XXVIII} Os corpos se articulam não com vistas a um todo, mas antes almejam à conformação de uma trama mecânica. Um segundo limite das técnicas disciplinares remete ao fato de que as disciplinas, a despeito de aperfeiçoarem progressivamente um tratamento mecânico dos corpos, têm acesso apenas parcial à sua vitalidade essencial. Como observa Muhle:

As disciplinas compreendem o corpo como natural apenas em termos de sua utilidade, quer dizer, na medida em que se trata de uma máquina natural e previsível cujo comportamento natural é idêntico ao seu comportamento mais útil. Elas não o compreendem, entretanto, em sua genuína vivacidade, que significa sempre imprevisibilidade, errância e desvio. As disciplinas exigem um conhecimento rigoroso e completo do indivíduo para poder enquadrá-lo de forma eficaz. Na medida, porém, em que o indivíduo é também um vivente, as disciplinas e sua forma de conhecimento enfrentam um problema, qual seja, o da vivacidade das normas da vida, que contradizem as leis estritas da natureza. O desenvolvimento do poder se correlaciona, assim, com um desenvolvimento do conhecimento que corresponde à dimensão genuinamente vivente da vida, ou seja, ao mesmo tempo orgânica e imprevisí-

XXVIII No original: “[...] die disziplinären Techniken nicht auf die Gesellschaftskörper abzielen, sondern vielmehr auf die Isolation der Einzelnen Individuen [...]”.

vel, porque imponderável e propensa ao erro (Muhle, [2008] 2013, p. 173, tradução nossa)^{XXIX}.

No limiar entre o paradigma disciplinar e a biopolítica, a psiquiatria surge como uma resposta ao fato de que as disciplinas não têm acesso ao anormal^{XXX}. O anormal, afinal, como observa Muhle ([2008] 2013, p. 186), é o indivíduo que resiste essencialmente ao poder e, dessa forma, representa um problema fundamental para as técnicas de normalização disciplinar, porque constitui um desvio *vivente* e remete, por essa razão, à norma biopolítica. A funcionalidade das técnicas voltadas para a anormalidade, de que Foucault descreve o desenvolvimento a partir do século XIX em *Les anormaux* (1974-1975), já não se move dentro de um quadro de referência jurídico, mas consiste, por um lado, em dar às técnicas de poder um caráter científico, porque médico, de objetividade e, por outro lado, em abranger o corpo social em sua totalidade, na totalidade do comportamento dos indivíduos, patologizando de maneira latente todos os comportamentos. É a noção de instinto que irá permitir que se organize em torno do anormal, do anormal no nível das condutas mais rotineiras, o que era outrora o problema da loucura:

XXIX No original: “Die Disziplinen erfassen den Körper als Natürlichen einzig im Hinblick auf seine Nützlichkeit, d.h. insofern er eine natürliche, berechenbare Maschine ist, dessen natürliches Verhalten mit seinem nützlichsten identisch ist. Sie erfassen ihn jedoch nicht in seiner genuinen Lebendigkeit, die immer auch Unberechenbarkeit, Irrtümlichkeit und Abweichung bedeutet. Die Disziplinen benötigen striktes und vollkommenes Wissen über das Individuum, um es effektive erfassen zu können. Insofern das Individuum jedoch auch ein lebendiges ist, werden die Disziplinen und ihre Wissensform vor ein Problem gestellt, nämlich das der Lebendigkeit der Normen des Lebens, die den strikten Gesetzen der Natur entgegenstehen. Die Entwicklung der Macht korreliert mithin mit einer Entwicklung des Wissens, das der genuin lebendigen, d.h. zugleich organischen und unberechenbaren, weil unvorhersagbaren, irrtumsanfälligen Dimension des Lebens entspricht”.

XXX Também Antonella Cutro (2005, p. 10, tradução nossa), na introdução à obra *Biopolítica – Storia e attualità di un concetto*, aponta nessa direção ao afirmar que “não se pode compreender a formação e o significado da questão biopolítica em Foucault se se prescindir da relação com a psiquiatria” [*La formazione e il significato della questione biopolitica in Foucault, non si può comprendere a prescindere dal rapporto con la psichiatria*], uma vez que “a questão do biopoder encontra sua origem no campo psiquiátrico” [*la questione del biopotere ha origine sul terreno psichiatrico*].

Essa passagem ao minúsculo, a grande deriva que faz que o monstro, o grande monstro antropófago do início do século XIX, se veja no fim das contas trocado pelos monstrinhos perversos que não cessaram de pulular desde o fim do século XIX, essa passagem do grande monstro ao pequeno perverso só pôde ser realizada por essa noção de instinto, e pela utilização e pelo funcionamento do instinto no saber, mas também no funcionamento do poder psiquiátrico. (Foucault, [1974-1975] 2001, pp. 165-166)

A monstrosidade, como explica Muhle ([2008] 2013, p. 189), não diz mais respeito à mistura antinatural daquilo que deveria restar separado, refere-se a uma ligeira irregularidade ou desvio que, no entanto, abre espaço para uma monstrosidade mais profunda, uma monstrosidade comportamental ou moral. Não é mais o desvio legal que causa um desvio natural; pelo contrário, o desvio legal, o crime, refere-se essencialmente a uma desvio natural que se torna a origem e a razão para o crime. O paradigma dos monstros naturais, que, virtualmente, como observa Muhle (ibidem), indica sempre um possível crime, foi revertido no século XIX para um paradigma em que o crime é sempre acompanhado por uma suspeita sistemática de monstrosidade. A ordem disciplinar, “é o campo operacional da nova psiquiatria, mas ela ao mesmo tempo introduz algo novo no campo do conhecimento: o funcionamento de todo o corpo social, na medida em que este se torna central como alvo das tecnologias biopolíticas” (Muhle, [2008] 2013, p. 198, tradução nossa)^{XXXI}. A abordagem prospectiva da psiquiatria, que se volta para a vida dos indivíduos como um todo, anuncia assim o funcionamento da biopolítica.

Ao explorar a relação entre vida e norma em Foucault, Maria Muhle lança luz, de um lado, sobre uma arqueologia da vida em que a noção de vida vem à tona como “indicador epistemológico cuja classificação, delimitação e outras funções tiveram um efeito nas discussões científi-

XXXI No original: “[...] ist das Operationsfeld der neuen Psychiatrie, doch zugleich führt sie etwas Neues in das Blickfeld des Wissens ein: die Funktionsweise des gesamten Gesellschaftskörper, so wie sie als Zielscheibe der biopolitischen Technologien zentral wird”.

cas, e não sobre aquilo de que se falava” (Foucault, [1971] 2006, p. 6, tradução nossa)^{XXXII} e, de outro lado, sobre uma abordagem genealógica que revela a positividade de um poder que mimetiza a dinâmica da vida e cujas técnicas são intrínsecas e não exteriores ao seu objeto. Essa imitação da dinâmica da vida envolve, como vimos, uma passagem da anatomopolítica à biopolítica, um deslocamento que leva assim de uma relação entre vida e poder calcada numa “normação” (Foucault, [1977-1978] 2008, p. 75), fundada numa norma prévia, para uma normalização, “que é [...] exatamente o inverso do que poderíamos observar a propósito das disciplinas (Foucault, [1977-1978] 2008, p. 82).

A biopolítica em questão

Le temps, l'espace, la multitude, tout nous ramène au sentiment de notre faiblesse ; mais considérez les hommes en masse, c'est alors que notre être reprend un caractère de dignité (Moheau, 1778, p. 4).

Para Foucault, como observa Barbara Stiegler em *Nietzsche et la vie – une nouvelle histoire de la philosophie*, “não há forças vitais, naturais ou biológicas dos corpos que ficariam, prestes a agir ou a tomar a frente, por trás da história e de seus discursos”^{XXXIII} (Stiegler, 2021, p. 349, tradução nossa). Stiegler afirma de maneira categórica que:

Ao fazer dos corpos uma instância indeterminada e fluida à qual mais nenhum enunciado pode ser legitimamente atribuído, Foucault contribuiu para a deserção por todo um segmento da filosofia contemporânea do campo epistemológico e científico e de seus con-

XXXII No original: “[...] epistemological indicator of which the classifying, delimiting, and other functions had an effect on scientific discussions, and not on what they were talking about”.

XXXIII No original: “[...] il n’y a pas de forces vitales naturelles ou biologiques des corps qui se tiendrait, prêtes à agir ou à reprendre le dessus, en retrait de l’histoire et de ses discours”.

flitos internos em torno da historicidade do vivente
(Stiegler, 2021, p. 372, tradução nossa)^{XXXIV}.

Stiegler (2021) formula assim uma importante crítica ao tratamento que Foucault confere ao tema da vida. Para a autora, ao considerar os corpos viventes como apenas “superfícies passivas de inscrição do discurso”, Foucault se distancia de Nietzsche bem como de Canguilhem, uma vez que, para estes, os “corpos viventes têm a potência hermenêutica de escrever sua própria história reinterpretando ativamente seu passado”^{XXXV} (Stiegler, 2021, p. 354, tradução nossa). Stiegler (2021, p. 326, tradução nossa) nota ainda que, “para Nietzsche, a criação de novos valores, aquilo que Canguilhem chama de ‘normatividade’, é antes de mais nada a expressão da vida como vontade de potência”^{XXXVI}.

Se, como observa Pierre Macherey (2009, p. 300, tradução nossa), Canguilhem é conduzido a “abrir uma perspectiva que poderíamos chamar de fenomenológica a respeito do jogo de normas, compreendido de tal modo que ele é oriundo da essencial normatividade da vida”^{XXXVII}; Foucault, por seu turno, substitui a consideração a respeito dessa origem essencial por um “‘nascimento’ histórico, situado precisamente no desenvolvimento de um processo social e político” (Macherey, 2009, p. 301, tradução nossa).^{XXXVIII} Conforme Macherey (2009, p. 303, tradução nossa), o vivente com Foucault “deixou de ser o sujeito da normatividade para tornar-se nada mais que seu ponto de aplicação”^{XXXIX}.

XXXIV No original: “*En faisant du corps une instance indéterminée et fluide à laquelle plus aucun énoncé peut être légitimement assigné, Foucault a contribué à la désertion, par tout un pan de la philosophie contemporain du champ épistémologique et scientifique et de ses conflits internes autour de l’historicité du vivant*”.

XXXV No original: “[...] *surfaces passive d’inscription des discours [...] les corps vivants ont la puissance herméneutique d’écrire leur propre histoire en réinterprétant activement leur passé*”.

XXXVI No original: “*La création de nouvelles valeurs, ce que Canguilhem appelle la ‘normativité’, est d’abord, pour Nietzsche, l’expression de la vie comme volonté de puissance*”.

XXXVII No original: “[...] *ouvrir une perspective qu’on pourrait dire phénoménologique sur le jeu des normes, saisi au point où il est issu de l’essentielle normativité de la vie*”.

XXXVIII No original: “[...] *naissance’ historique, précisément située dans le développement d’un processus social e politique*”.

XXXIX No original: “[...] *a cessé d’être le sujet de la normativité pour n’en devenir plus que le point d’application*”.

A dinâmica do vivente em Canguilhem opõe-se assim à normal social em Foucault e revela à primeira vista uma contradição fundamental entre esses dois entendimentos da norma: a normalidade, para Foucault, é uma medida que funciona de uma maneira divisiva, que divide os indivíduos em normais e anormais; para Canguilhem, em contraste, a norma vital não precisa de uma medida porque a vida é ela mesma a norma suprema. Essa distinção entre a concepção de norma em Canguilhem e Foucault, como explica Muhle ([2008] 2013, p. 150), é matizada, no entanto, por uma diferenciação realizada por Foucault entre uma norma que encontra sua origem numa determinação externa (ela é determinada) e uma norma que a encontra na dinâmica interna do próprio fenômeno que determina. De acordo com Muhle,

A diferença entre uma norma estabelecida de antemão, de que comportamentos normais e os anormais podem ser deduzidos, e uma norma que, por sua vez, deduz-se a si própria da totalidade dos fatos empíricos e de sua avaliação determina a formulação das diferentes economias de poder e suas tecnologias. A primeira se atribui [...] ao paradigma disciplinar, em que as normas são estabelecidas de maneira a dividir a sociedade de acordo com elas; a última equivale [...] ao regime biopolítico [...] (Muhle, [2008, 2013, pp. 150-151, tradução nossa)^{XL}.

Para Muhle ([2008] 2013, p. 151), a investigação foucaultiana da norma no interior da biopolítica representa uma dinamização da norma disciplinar que conduz a uma conexão essencial entre a dinâmica normativa vital e dinâmica social no sentido foucaultiano, a qual assumiria a dinâmica da vida. A norma biopolítica seria análoga, portanto, à norma vital como formulada por Canguilhem por se tratar de uma norma

XL No original: “*Der Unterschied zwischen einer im Voraus festgelegten Norm, von der normale und anormale Verhaltensweisen abgeleitet werden, und einer Norm, die sich ihrerseits selbst aus der Gesamtheit der empirischen Tatsachen und ihrer Auswertung herleitet, bestimmt die Ausformulierung der verschiedenen Ökonomie der Macht und ihrer Technologien. Erstere wird [...] dem disziplinären Paradigma zugeordnet, in dem Normen gesetzt werden, um die Gesellschaft nach ihnen einzuteilen; Letztere entspricht [...] dem biopolitischen Regime [...]*”.

que não é nem prescritiva nem descritiva, mas autopoietica na medida em que se elabora a si própria. A “indeterminação [da vida] entendida como ‘normalização’ da vida por estratégias de poder-saber” (Muhle, [2014] 2021, p. 304) não é interpretada por Muhle como uma omissão, mas antes como uma escolha metodológica que deve ser levada a sério, porque nela residiria a acuidade da reflexão foucaultiana acerca do biopoder. Ao considerar a vida não apenas como objeto mas também como modelo de funcionamento do biopoder, assim acredita Muhle (2014, pp. 366-367), Foucault se torna capaz de uma análise do poder que tenha em conta a dinâmica ao mesmo tempo autoconservadora e autotransgressora da vida.

Ao passo que Canguilhem, em sua análise da relação entre vital e social, como nota Muhle (2014, p. 366, tradução nossa), simultaneamente “insiste a respeito da exterioridade da norma social em relação ao sujeito normado, a população”^{XLI} e reforça a diferença dessa exterioridade em relação à imanência das regras num organismo vivo, Foucault traz à tona o caráter produtivo e imanente da norma. Para Canguilhem, as normas sociais e as normas vitais são incomensuráveis. Conforme Muhle:

Canguilhem propõe [...] uma noção de norma social que em seu mimetismo remete à dimensão orgânica da vida, e que, conseqüentemente, não interage com o outro polo da vida, sua dimensão propriamente vital, quer dizer, transgressiva. Dessa maneira, e ainda que Canguilhem haja fornecido todos os elementos necessários para pensar a relação entre norma social e norma vital a partir de uma ótica explicitamente normativa, [...] ele resiste a articular esse deslocamento. Será, portanto, Foucault, e o Foucault dos cursos de final dos anos 1970, que propõe um alargamento da noção de biopolítica em direção àquela de governamentalidade, que fornecerá os elementos necessários para pensar

XLI No original: “*insiste sur l’extériorité de la norme sociale au sujet normé, la population*”.

uma teoria do poder que considere a vida em sua polaridade (Muhle, 2014, pp. 366-367, tradução nossa)^{XLII}.

A definição canguilhemiana da noção de vida como “uma dupla atividade normativa que, por um lado, refere-se, negativamente ou reativamente, às ameaças do meio interno e externo e a seus valores negativos e que, por outro lado, é uma atividade positiva e criativa que produz seu próprio meio e normas vitais” (Muhle, [2014] 2021, p. 309, tradução nossa) reflete a operação das técnicas pós-soberanas de poder. Para Muhle ([2008] 2013, p. 247), há três aspectos que caracterizam essa assunção pela biopolítica da dinâmica da vida como compreendida por Canguilhem. Em primeiro lugar, o objetivo do biopoder é assegurar a segurança da sociedade como um todo. Em contraste com as disciplinas, a biopolítica garante a constituição de um corpo social global. Segue-se desse objetivo que a biopolítica pode tolerar desvios individuais de sua norma, ou seja, desvios de seu interesse de manter o corpo social.

Tomada como conjunto biológico, a população é submetida a uma constante regulação, que visa a “algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (Foucault, [1975-1976], 2016, p. 209). Conforme Muhle:

Desde que o equilíbrio global da sociedade não seja questionado, o comportamento dos indivíduos que conformam uma população é irrelevante para o biopoder. Em relação a esse objetivo, o biopoder funciona como um organismo vivo, na medida em que sua norma máxima também é autopreservação e homeostase.

XLII No original: “Canguilhem propose [...] une notion de norme sociale qui, dans son mimétisme, renvoie uniquement à la dimension organique de la vie, et qui, par conséquence, n’interagit pas avec l’autre pôle de la vie, sa dimension proprement vitale, c’est-à-dire transgressive. De cette manière, et bien que Canguilhem ait fourni tous les éléments nécessaires pour penser le rapport entre norme sociale et norme vitale dans une optique explicitement normative, [...] il se résiste à articuler ce déplacement. Ce sera donc Foucault, et le Foucault des cours de la fin des années 1970, qui propose un élargissement de la notion de biopolitique vers celle de gouvernementalité, qui va fournir les éléments nécessaires pour penser une théorie du pouvoir qui tient compte de la vie comme polarité”.

Nesse sentido, o organismo pode tolerar disfunções individuais, defeitos e deformações. Tanto o organismo quanto o biopoder serão orientados para a preservação do todo e podem tolerar anomalias e transgressões no interior desse objetivo (Muhle, [2008] 2013, p. 247, tradução nossa)^{XLIII}.

Em segundo lugar, a adoção da dinâmica da vida pelo biopoder diz respeito ao fato de que suas técnicas derivam desse objetivo de regulação do corpo populacional. Essas técnicas não consistem em monitoramento e controle do indivíduo, mas em mecanismos regulatórios que intervem ao nível do fenômeno global da população. Foucault menciona os sistemas públicos de saúde e de pensão, a organização dos espaços urbanos e as políticas de saneamento que são elaboradas para assegurar a máxima expectativa de vida para a população. A expressão paradigmática do biopoder não seria, portanto, proibição ou repressão, mas antes mecanismos destinados a salvaguardar e promover a autopreservação do todo social, “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (Foucault, 2008, p. 140).

As técnicas biopolíticas destinam-se, dessa forma, a criar a estrutura social em que o bem-estar da população possa ao máximo desenvolver-se *como* por si próprio. Dessa forma, como observa Muhle ([2008] 2013, p. 248, tradução nossa), “os mecanismos da biopolítica não se orientam para uma limitação ou restrição da vida, como no caso das disciplinas ou do poder soberano, mas antes avançam em direção ao fomento e à promoção do potencial inerente à vida”^{XLIV}. A biopolítica se refere à

XLIII No original: “Solange das globale Gleichgewicht der Gesellschaft nicht infrage gestellt wird, ist das Verhalten der Individuen, aus denen sich eine Bevölkerung zusammensetzt, irrelevant für die Biomacht. Hinsichtlich dieser Zielsetzung funktioniert die Biomacht wie ein lebendiger Organismus, insofern dessen oberste Norm ebenfalls in der Selbsterhaltung bzw. Homöostase besteht. In diesem Sinne kann auch der Organismus einzelne Dysfunktionen, Defekte und Deformationen vertragen. Sowohl der Organismus als auch die Biomacht orientieren sich an der Erhaltung des Ganzen als Ganzem und können innerhalb dieser Zielvorgabe vereinzelte Anomalitäten oder Überschreitungen hinnehmen”.

XLIV No original: “[...] orientieren sich die Mittel der Biopolitik nicht mehr, wie im Fall der Disziplinen oder der souveränen Macht, an einer Ein- und Beschränkung des Lebens, sondern an der Förderung und Unterstützung der dem Leben eigenen, inneren Potenziale”.

vida na medida em que fornece a ela os meios para autorregulação. A expressão paradigmática dessas técnicas são as técnicas de vacinação, que se destinam a provocar um processo de autoimunização do corpo. Muhle ([2008] 2013, p. 248, tradução nossa) supõe que “a relação entre biopolítica e vida funciona de acordo com o ideal de regulação da vida a partir de si mesma e, nesse sentido, imita a norma inerente à vida, isto é, sua dinâmica interna”^{XLV}. Além da homeostática manutenção do corpo populacional, as técnicas biopolíticas, como nota Muhle:

levam [...] em consideração a dinâmica transgressiva da vida encorajando o autoultrapassamento da vida mesma, aquilo que hoje em dia se articula notadamente nas teorias do ‘empreendedor de si’ e do capital criativo, que se tornaram a pedra de toque do neoliberalismo contemporâneo e incidem diretamente sobre a realidade dita ‘social’ da população (Muhle, 2014, p. 369, tradução nossa)^{XLVI}.

Dessa forma, como explica a autora, “as normas de uma sociedade de normalização [...] imitam o impulso vital de criar normas. A ação do poder sobre o meio estabelece uma relação exterior ou artificial, mas a criação ou modificação do meio é um impulso vital cuja lógica é retomada pela biopolítica” (Muhle, 2014, p. 369, tradução nossa)^{XLVII}. O estabelecimento de uma zona de indistinção entre o natural e o social é, segundo Muhle (2014, p. 370, tradução nossa), “um traço característico da biopolítica, o qual se reflete na constituição pelas técnicas do

XLV No original: “*Der Bezug der Biopolitik auf das Leben funktioniert nach dem Ideal der Regulierung des Lebens durch sich selbst und imitiert in diesem Sinne die dem Leben eigene Norm, d.h. dessen inneren Dynamik*”.

XLVI No original: “[...] *prennent [...] en compte la dynamique transgressive de la vie en encourageant l'autodépassement de la vie même, ce qui aujourd'hui s'articule notamment dans les théories du 'soi entrepreneur' ou du capital créatif, devenues la pierre de touche d'un néolibéralisme contemporain et branchées directement sur la réalité dite 'sociale' de la population*”.

XLVII No original: “[...] *les normes d'une société de normalisation, évidemment artificielles, imitent l'impulsion à créer des normes qui est naturelle ou vitale. De même l'agir du pouvoir sur le milieu est un rapport extérieur ou artificiel mais la création ou la modification du milieu est une impulsion vitale dont la logique est reprise para la biopolitique*”.

biopoder do novo personagem político, a população, como fenômeno pseudovital”^{XLVIII}.

Em terceiro lugar, essas técnicas características da biopolítica caminham lado a lado com o espaço em que se articulam. Elas não acessam o indivíduo diretamente, seu campo de intervenção é antes o meio natural-artificial em que a vida da população ocorre. Conforme Muhle ([2008] 2013, p. 248, tradução nossa), “o acesso do biopoder à vida dos indivíduos é sempre mediado pela intervenção no meio. Apenas na medida em que a vida individual ocorre no meio ambiente, ela se torna objeto do biopoder”^{XLIX}. O biopoder se relaciona com a vida, portanto, pela modificação, pela organização e pelo controle das condições naturais e sociais em que ela ocorre. Esse modo de funcionamento da biopolítica reflete um aspecto central do conceito canguilhemiano de vida, uma vez que, para Canguilhem, como explica a autora ([2008] 2013, p. 248, tradução nossa), “a vida ocorre essencialmente no meio ambiente e pelo meio ambiente. A vida é seu ambiente na medida em que ela apenas se desenvolve na interação com seu ambiente e sob certas condições materiais”^L.

A afirmação de que o biopoder se relaciona *positivamente* com seu objeto ganha, assim, segundo Muhle, um significado específico: “A relação do poder com a vida é positiva no sentido de que as técnicas biopolíticas assimilam [*aufnehmen*] certos aspectos de seu objeto” (Muhle, [2008] 2013, p. 11, tradução nossa)^{LI}. É precisamente da vida em sua duplicidade – como um todo autorregulatório que se define apenas na tensão com seu permanente desvio de si mesmo, sua descontinuidade

XLVIII No original: “[...] un trait caractéristique de la biopolitique qui se reflète également dans la constitution par les techniques du biopouvoir du nouveau personnage politique, la population, comme phénomène pseudo-vital”.

XLIX No original: “Der Zugriff der Biomacht auf das Leben der Individuen ist hier stets vermittelt durch die Intervention in ihrem Milieu. Nur insofern sich das Individuelle Leben in einem Milieu vollzieht, wird es zum Gegenstand der Biomacht”.

L No original: “[...] vollzieht sich das Leben wesentlich in und durch die Auseinandersetzung mit seinem Milieu; das Leben ist sein Umfeld, insofern es sich nur in Wechselwirkung mit seinem Milieu und unter bestimmten materiellen Bedingungen ausbildet”.

LI No original: “Der Bezug der Macht auf das Leben ist in dem Sinne positiv, als dass die Techniken der Biopolitik bestimmte Aspekte ihres Gegenstandes aufnehmen”.

de si mesmo – que a biopolítica se apodera, e, como nota Muhle ([2008] 2013, p. 271, tradução nossa), “qualquer tentativa de postular um direito à vida deve necessariamente inscrevê-la ainda mais no poder”^{LII}.

As técnicas biopolíticas, de acordo com a autora (2014, p. 370, tradução nossa), “projetam-se [...] *com* a vida, elas não supõem qualquer modelo pré-fabricado, mas são elas mesmas ‘apostas’”^{LIII}. É assim que elas se tornam capazes, diferentemente das técnicas disciplinares ou soberanas, de lidar com a normatividade interna da vida não somente em sua dimensão orgânica como também em sua dimensão vital, quer dizer, em sua dimensão aleatória, fundamentalmente precária. É nesse sentido que, segundo Muhle (2014, p. 370, tradução nossa^{LIV}), deve-se compreender a definição foucaultiana da biopolítica como poder *positivo* sobre a vida: “é um poder que se apoia sobre a produtividade interna da vida e engaja sua normatividade a fim de dominar mais eficazmente seu objeto”. Trata-se, como observa Manuel Mauer (2013, p. 40, tradução nossa), não “de a vida participar, apesar de si, da normalização que lhe inflige um poder que a enfrenta, mas de a resistência tornar-se ela mesma [...] instância normalizadora”^{LV}.

LII No original: “*Und jeder Versuch der Einklage eines Rechts auf Leben muss das Leben notwendigerweise weiter in die Macht einschreiben*”.

LIII No original: “*Les techniques de sécurité se projettent [...] avec la vie, elles ne supposent aucun modèle préfabriqué, mais sont elles aussi des ‘paris’*”.

LIV No original: “*C’est un pouvoir qui s’appuie sur la productivité interne de la vie et engage sa normativité afin de dominer plus efficacement son objet*”.

LV No original: “[...] *de la vie participant malgré elle à la normalisation que lui inflige un pouvoir qui lui fait face, mais de la résistance devenant elle-même [...] instance normalisatrice*”.

Conclusão

Attraverso la costituzione delle scienze biologiche l'uomo [...] veniva a modificarsi in quanto individuo vivente (Foucault, [1980] 1999, p. 58)

A articulação do tema da vida em Michel Foucault e Georges Canguilhem contribui para uma investigação da questão biopolítica que não ignora os desdobramentos do tratamento foucaultiano da questão do biopoder nos cursos realizados no Collège de France a partir de meados da década de 1970. É em *Segurança, Território, População* que Foucault apresenta a importante distinção entre uma normação disciplinar e uma normalização biopolítica. A primeira envolve a existência de uma norma prévia, uma norma que prescreve; a normalização biopolítica, por seu turno, não visa a adequar a realidade uma norma preestabelecida, mas antes toma a realidade como norma, como distribuição estatística de eventos, taxa média de doença, de natalidade, de mortalidade etc. Na normalização biopolítica, segundo Foucault ([1977-1978] 2008b, p.83), “o normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele”.

Evidenciar a diferença entre o funcionamento das técnicas disciplinares e das técnicas biopolíticas é uma maneira não apenas de evitar, como pretende Foucault ([1978-1979] 2008a, p. 260), uma desdiferenciação resultante do “crescimento da intercambialidade das análises” e da “perda da sua especificidade” como também é uma forma de expor os desdobramentos contidos no interior da obra de Foucault a respeito do biopoder. Considerar esses desdobramentos a partir de uma investigação das articulações possíveis entre as teses de Canguilhem e de Foucault é também um modo de fazer jus ao reconhecimento de Foucault (1985) da importância de Canguilhem:

Deixemos Canguilhem de lado e não entenderemos muita coisa de toda uma série de discussões que ocorreram entre os marxistas franceses; nem lograremos perceber o que há de específico em sociólogos como Bourdieu, Castel, Passeron, nem aquilo que os inscreve tão fortemente no campo da sociologia; assim como

nos faltará todo um aspecto do trabalho dos psicanalistas, em particular dos lacanianos. Além disso: é fácil reconhecer no debate de ideias que precedeu ou se seguiu ao movimento de 1968 o lugar daqueles que, direta ou indiretamente, foram formados por Canguilhem (Foucault, 1985, pp. 3-4 tradução nossa)^{LVI}.

Uma leitura da noção de biopolítica em Foucault que considera atentamente o tema da vida não apenas em Foucault como também em Canguilhem possibilita ainda a formulação de uma importante crítica tanto àquelas interpretações da noção de biopolítica que consideram a vida como mero objeto de um poder de morte que perpetuamente expõe as vidas sujeitadas quanto àquelas interpretações dessa noção que depositam no conceito de vida um conteúdo ontológico cujo núcleo guardaria a possibilidade de uma resistência, de uma biopolítica afirmativa arraigada numa suposta incomensurabilidade da vida relativamente ao poder.

A ideia de um poder que fomenta a vida e com ela estabelece uma relação positiva em que se imita a dinâmica bipolar da vida é acompanhada em Muhle pela hipótese de uma patologização dessa dinâmica mesma, a qual reduziria a dinâmica normativa da vida por meio de uma permanente conservação homeostática do normal que impede a normatividade da vida característica da dinâmica vital como definida por Canguilhem, isto é, como uma dupla atividade normativa que tanto se refere reativamente às ameaças do meio interno e externo quanto se dá como atividade positiva e criativa que produz seus próprios meios e suas normas vitais. Apenas em seu desvio da norma a vida pode ser normativa, verdadeiramente vital. Normatividade consiste em romper as normas e criar novas normas – *“faire craquer les normes et d’en instituer de nouvelles”* (Canguilhem, 1966, p. 106). Essa tese de uma ação patologizante

LVI No original: *“Mais ôtez Canguilhem et vous ne comprenez plus grand chose à toute une série de discussions qui ont eu lieu chez les marxistes français ; vous ne saisissez pas, non plus, ce qu’il y a de spécifique chez des sociologues comme Bourdieu, Castel, Passeron, et qui les marque si fortement dans le champ de la sociologie ; vous manquez tout un aspect du travail théorique fait chez les psychanalystes et en particulier chez les lacaniens. Plus : dans tout le débat d’idées qui a précédé ou suivi le mouvement de 68, il est facile de retrouver la place de ceux qui, de près ou de loin, avaient été formés par Canguilhem”*.

das técnicas biopolíticas associada a uma leitura ampliada da noção de biopolítica (*Gegenstand und Funktionsmodell*) encaminha-nos necessariamente para questão – que não será considerada aqui – a respeito de uma possível resistência a um poder que imita a dinâmica da vida como a entende Canguilhem ([1966] 2011, p. 80), ou seja, como “atividade normativa”, como polaridade entre autoconservação e autotransgressão.

REFERÊNCIAS

- BICHAT, X. *Recherches physiologiques sur la vie et la mort*. Paris : Alliance culturelle du livre, [1799] 1962.
- CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. Tradução de Maria Theresza Redig de Carvalho Barrocas, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. *The Chomsky-Foucault debate on Human Nature*. Cidade de Nova York: The New Press, 2006.
- DE CONTI, D. A questão da vida no pensamento de Michel Foucault. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 10, n.1, 2022, pp. 177-197. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v10i1.47473>.
- DE CONTI, D. Biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben. *IX Semana dos Alunos e das Alunas de Pós-graduação em Filosofia do PPGFIL- UFRRJ*. Rio de Janeiro: Editora do PPGFIL-UFRRJ, 2024, pp. 115-124.
- DE CONTI, D. Considerações sobre a noção de vida na obra de Michel Foucault. In: DIAS RIBEIRO, R.; BALIEIRO, M. et al (org.), *III Filosofia, Vida e Morte*, João Pessoa, 2023, pp. 141-153.
- DE CONTI, D. Uma arqueologia da vida em Michel Foucault. *Revista Ética e Filosofia Política*, v. 1, n. 27, 2024, pp. 82-93. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/eticaefilosofia/article/view/45095>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail, São Paulo: Editora Martins Fontes, [1966] 1985.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, M. La vie: l'expérience et la science. *Revue de métaphysique et de morale*, n. 1, pp. 3-14, 1985. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40902647>. Acesso em: 14 out. 2023.

- FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População* – Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Clínica*. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1963] 1977.
- MACHEREY, P. *De Canguilhem à Foucault – le force des normes*. Paris : La fabrique éditions, 2009.
- MAUER, M. L'archéologie foucauldienne de la vie. *Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea*, v. 2, n. 1, pp. 39-60, 2014. Disponível em: <https://www.rivistaquadranti.eu/riviste/02/Mauer.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023.
- MAUER, M. *Michel Foucault – à l'épreuve du pouvoir*. Ville-neuve-d'Ascq : Septentrion, 2013.
- MAUER, M. *Foucault*. Buenos Aires: La revuelta filosófica, 2021.
- MAUER, M. *Foucault et le problème de la vie*. Paris : Publications de la Sorbonne, 2015.
- MOHEAU, J-B. *Recherches et considérations sur la population de la France*, Paris : Moutard, 1778.
- MUHLE, M. *Eine Genealogie der Biopolitik: Zum Begriff des Lebens bei Foucault und Canguilhem*. Munique: Wilhelm Fink Verlag, [2008]2013.
- MUHLE, M. Sobre la vitalidad del poder: una genealogía de la biopolítica a partir de Foucault y Canguilhem. In: LEMM, V. *Michel Foucault: neoliberalismo y biopolítica*, Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010, pp. 397-432.
- MUHLE, M. Uma Genealogia da Biopolítica: a noção de vida em Canguilhem e Foucault. Tradução de Davi Maranhão De Conti. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 33, n. 58, [2014] 2021. DOI: <https://doi.org/10.7213/1980-5934.33.058.TRAD01>.
- MUHLE, M. Politiques de la vie. In: OULC'HEN, H. (ed.) *Usages de Foucault*, Paris: Presses Universitaires de France, 2014, pp. 355-371.
- SABOT, P. *Le Même et l'Ordre – Michel Foucault et le savoir à l'âge classique*, Lyon : ENS Éditions, 2015.
- SABOT, P. *Lire les mots et les choses*, Paris : Presses Universitaires de France, 2006.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos – Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*, 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

SAFATLE, V. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. *Scientia Studia*, v. 13, n. 2, p. 335-367, 2015a. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662015000200005>.

SAFATLE, V. Une certaine latitude: Normativité et contingence dans la biopolitique de Georges Canguilhem. *Filozofski vestnik*, v. 37, n. 1, p. 57-79, 2016. Disponível em: <https://ojs.zrc-sazu.si/filozofski-vestnik/article/view/4843>. Acesso em: 14 out. 2023.

STIEGLER, B. De Canguilhem a Nietzsche: a normatividade do vivente. Tradução de Davi Maranhão De Conti. *Revista Estudos Nietzsche*, v. 14, n. 1, p. 125-138, [2001] 2023. DOI: <https://doi.org/10.47456/en.v14i1.40887>.

STIEGLER, B. *Nietzsche et la vie – Une nouvelle histoire de la philosophie*. Paris: Éditions Gallimard, [2014] 2021.

TROMBADORI, D. Colloqui con Foucault – Pensieri, opere, omissioni dell'ultimo maître-à-penser. Roma: Castelvecchi Editore, 1999.

Recebido em 10 de fevereiro de 2024
Aprovado em 19 de abril de 2024
Publicado em 26 de novembro de 2024

